

## A Questão Das Drogas No Líbano: Causas, Passado, Atualidade E Política<sup>1</sup>

1

Felipe Haddock Lobo Goulart<sup>2</sup>

### A QUESTÃO DAS DROGAS NO LÍBANO: CAUSAS, PASSADO, ATUALIDADE E POLÍTICA

#### INTRODUÇÃO: O CONTEXTO DO ORIENTE MÉDIO

A questão das drogas no Oriente Médio é menos conhecida e, pelo menos publicamente, menos debatida pelas sociedades e pelos governos dessa região, em comparação com o que ocorre nos países desenvolvidos e na América Latina, onde, desde décadas, operadores governamentais e entidades civis avançam na análise desse fenômeno e na formulação de políticas para tratá-lo. Isto não significa, entretanto, que a produção, a circulação e o consumo de drogas não constituam desafio grave à estrutura familiar, ao quadro de saúde e à situação de segurança pública nos países médio-orientais. Muito pelo contrário, essas atividades ilícitas têm atingido com vigor o tecido humano de sociedades dessa região, onde, teoricamente, princípios culturais e religiosos deveriam impor barreiras contra a difusão desses produtos ilegais. Mais do que isso, em muitos casos, o narcotráfico prospera à sombra dos conflitos que, desde o início do período pós-colonial, assolam o Oriente Médio, tendendo mesmo a exacerbá-los.

Este texto propõe-se a traçar breve perfil histórico da questão das drogas no Líbano, um dos países da região que, vítima das intempéries geopolíticas e militares de seu entorno, passou por vários ciclos de expansão da economia de substâncias ilícitas

---

<sup>1</sup> “O teor do texto apresentam exclusivamente visões individuais de seu autor e não refletem posições do órgão para o qual ele trabalha”.

<sup>2</sup> Conselheiro é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. É conselheiro da carreira diplomática, atualmente chefe de Gabinete da Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA) do Itamaraty.

como o *hashish*, o ópio e o *captagon*, em meio a turbulências políticas que tolham a capacidade do Estado de reprimir esse mercado. Ademais, o artigo procura suprir evidências de que, nos últimos dez anos, devido à guerra na Síria e ao esgarçamento das instituições públicas, tal padrão se repete, pois a sociedade e o Estado libaneses estariam enfrentando nova fase de ascensão da manufatura e da venda de drogas, recorrendo a medidas coercitivas, apesar de que muitos dos recursos para tanto estejam empenhados na luta contra o terrorismo e na contenção de conflitos e desarranjos internos. Vias alternativas começariam a ser discutidas para acomodar o fenômeno das drogas, como a liberalização para fins legais específicos.

Adicionalmente, o artigo traz à tona a discussão quanto ao risco de instrumentalização política da questão do narcotráfico por grandes potências, exemplificando com a campanha dos EUA dirigida contra o *Hizbullah* – atualmente o mais poderoso partido libanês –, a qual ambiciona convencer a comunidade internacional de que o referido grupo, já classificado pelo governo norte-americano como terrorista, agiria, também, como organização criminosa transnacional, inserida no mercado das drogas. Neste ponto, defende-se a hipótese de que a tipificação pelos EUA do "Partido de Deus" como terrorista e narcotraficante tem como pano de fundo a inquietação de Washington com o fortalecimento desse ator libanês e da aliança internacional à qual ele pertence, o "eixo da resistência", capitaneado pelo Irã.

Antes de apresentar esses pontos, faz-se mister passar em revista as injunções que abriram o caminho para que o Líbano se tornasse vulnerável à economia da droga.

## AS CAUSAS ESTRUTURAIS

Poder-se-iam elencar três elementos essenciais que, justapostos, têm facilitado a cadeia de ciclos de crescimento da oferta e da circulação de substâncias ilegais no Líbano: a persistência de Estado frágil, resultante do sistema político confessional; o enraizamento de modelo econômico livre-cambista, o qual inseriu o Líbano na divisão internacional do trabalho como centro financeiro, em prejuízo de outras atividades econômicas geradora de mais empregos; e, como corolário do aspecto anterior, o setor agrícola prostrado e carente de incentivos, que impele a população camponesa a dedicar-se a cultivos ilegais.

## 1) O Estado Fraco

O Líbano emancipou-se em 1943. No período de 1923-1943, a França administrou seu território, junto com o da Síria, sob o chamado mandato da Síria e do Líbano, no ensejo do término da I Guerra Mundial e do colapso do Império Otomano. A ocupação colonial francesa não rompeu com parâmetros sócio-políticos pré-existentes no território libanês desde o período otomano. Essas estruturas caracterizavam-se por dois elementos fundamentais. Em primeiro lugar, a singular diversidade cultural e religiosa: coexistiam no país diversos grupos confessionais. Em segundo lugar, a predominância, dentro dessas coletividades, de lideranças locais – os *zu`amaa* – em geral associadas a grandes famílias de latifundiários na zona rural ou de burguesias mercantis nos centros urbanos e portuários (EL ZEIN, NOTTEAU & DRAVET, 2010, p. 333-350; NAJEM, 2012, pp. 4-33).

Com o fim do poder colonial francês, os *zu`amaa*, representando essas coletividades e seus próprios interesses de classe, forjaram sistema republicano com repartição de poder refletindo o mosaico confessional e as dimensões demográficas entre as comunidades religiosas. A partilha de atribuições políticas orientou-se pelo único censo do país, feito em 1932. Este levantamento populacional explicitou que as três mais numerosas confissões eram, em ordem decrescente: os cristãos maronitas, os muçulmanos sunitas e os muçulmanos xiitas. As três principais posições no governo, a de chefe de Estado (presidente, acumulando as mais importantes prerrogativas); a de chefe de governo (primeiro-ministro); e a de líder do Legislativo (presidente da Assembleia) foram confiadas, respectivamente, a um maronita, a um sunita e a um xiita (EL ZEIN, NOTTEAU & DRAVET, 2010, p. 333-350; NAJEM, 2012, pp. 1-34).

Essa moldura político-institucional, também denominada de democracia consociativa, embora tenha dado sinais de funcionamento nos primeiros anos, comportava grande instabilidade, transparecida com a deflagração da Guerra Civil libanesa entre 1975 e 1990. Tal conflito, junto com o novo equilíbrio demográfico, transformou o sistema confessional: após a pacificação, os sunitas e os xiitas passaram a concentrar mais poder, em detrimento dos maronitas. Essas alterações não mudaram, porém, a dinâmica essencial em que os grupos sectários no Líbano apropriavam-se de

fatias desiguais do aparato do Estado, utilizando-as para beneficiar as suas respectivas bases de sustento (EL ZEIN, NOTTEAU & DRAVET, 2010, p. 333-350; NAJEM, 2012, pp. 4-33).

O confessionalismo e seus riscos para a estabilidade do Líbano impediram que as instituições se desenvolvessem plenamente, seja por causa da subtração de recursos estatais para satisfazer as agendas das lideranças de cada coletividade, seja pelo ciclos de hostilidades internas que gerava, como a mencionada Guerra Civil. Entidades como as Forças Armadas Libanesas (FAL) e entes de segurança pública jamais se fortaleceram como as suas congêneres no restante do Mundo Árabe. Portanto, o Líbano sempre ficou mais indefeso ante a presença de outros Estados (Israel, Síria) e de atores não-estatais, internos, como as várias milícias partidárias que se sucederam ao longo do tempo; ou externos, como os combatentes palestinos (EL ZEIN, NOTTEAU & DRAVET, 2010, p. 333-350; NAJEM, 2012, pp. 4-33).

Tudo isso tem ocorrido em meio a contexto regional dos mais voláteis do mundo, cuja dinâmica geopolítica sempre abala internamente o Líbano. As guerras árabe-israelenses, a interferência de potências estrangeiras na Guerra Civil e, mais recentemente, as ondas de choque da "Primavera Árabe" e do conflito na Síria sobrecarregam os subequipados e subfinanciados agentes militares e policiais, o que lhes traz complicações na tarefa de promover integralmente a segurança. Desprovidos de maiores recursos, eles reservam suas poucas capacidades para coibir o terrorismo e arrefecer a tensão entre os partidarismos confessionais, sem conseguir reprimir ilícitos como a produção e a venda de narcóticos. (LEROY, 2014, pp. 191-193; NERGUIZIAN, 2015, pp. 131-134).

## **2) A Economia Livre-Cambista**

Os primeiros líderes da República Libanesa preconizaram modelo de economia fundado no livre-cambismo. Suas elites acreditavam na simbiose entre o sistema confessional e a livre iniciativa, tendo por trás Estado que, além de fraco institucionalmente, atuava com discricção na esfera econômica, limitando-se a buscar o posicionamento do país na divisão internacional do trabalho como prestador de serviços

logísticos, comerciais e financeiros entre, de um lado, o Ocidente (em particular a Europa) e, de outro, o Oriente Médio. Entre 1948 e 1952, o governo libanês completou a extinção do controle de câmbio e viabilizou a circulação livre de capitais. O modelo de mercado aberto, fortemente endossado pelas classes dominantes, permaneceu relativamente inalterado, mesmo após a Guerra Civil. (BUCCIANTI-BARAKAT & CHAMUSSY, 2012, p. 132; GASPARI, 2004, pp. 43-66; MEIER, 2011, pp. 55-58).

Apesar da famosa interpretação de que o Líbano desfrutava de altos padrões econômicos e sociais antes de 1975, a fase pré-conflito, na realidade, experimentou crescimento nada espetacular, com elevação do PIB igual ou inferior ao da média global dos países em desenvolvimento, incluindo os vizinhos árabes, que lançavam mão de programas estatizantes. O mito da prosperidade excepcional libanesa assentava-se no conteúdo desvirtuado de pesquisas estatísticas que empregavam bancos de dados circunscritos à realidade da Grande Beirute, a "Paris do Oriente", ignorando o restante do país, onde a pobreza e o atraso contrastavam com o bem estar da capital (GASPARI, 2004, pp. 43-66; MEIER, 2011, pp. 55-58).

A economia pós-conflito não resolveu as disparidades. A única grande diferença foi que o governo, em seus esforços de reabilitação da infraestrutura destruída pela guerra, contraiu enormes somas de empréstimos, aumentando a razão dívida pública/PIB e deixando a saúde macroeconômica nacional mais fragilizada (GASPARI, 2004, pp. 187-221).

O livre-cambismo segmentou economicamente a população, com as parcelas mais pobres vivendo sem anteparo social eficiente, de vez que o Estado contava com mecanismos muito leves de tributação e espaço fiscal muito reduzido, sobretudo no pós-Guerra Civil. O setor de serviços hipertrofiou-se, absorvendo a classe média, ao passo que atividades de mão-de-obra intensiva seguiram atrofiadas, em prejuízo dos estratos menos abastados. Baixas remunerações e taxas de desemprego crescentes – sobretudo nas faixas etárias mais jovens da população economicamente ativa – induziam as frações mais vulneráveis da sociedade a envolverem-se em ilícitos como o mercado de drogas. (KOCHUYT, 2004, pp. 515-537).

### 3) A Agricultura Desvalorizada

Entre os domínios econômicos capazes de gerar mais renda e emprego, de modo a corrigir minimamente as assimetrias sociais e regionais libanesas, não há dúvida de que a agricultura foi a vítima de maior descaso. As populações camponesas nunca obtiveram subsídios significativos do governo. Raramente os órgãos competentes aportavam infraestrutura e assistência técnica à altura para lidar com adversidades como secas e melhorar os sistemas de irrigação, majoritariamente artesanais. Esses fatores, junto com a Guerra Civil, impeliram a força de trabalho do campo a migrar para os centros urbanos, a ponto de, nos anos 1990, a agricultura quase deixar de existir. (BUCCIANTI-BARAKAT, Liliane & CHAMUSSY).

Nas duas últimas décadas, verificou-se discreta retomada da produção agrícola no Líbano. Surgiram nichos mais capitalizados e dotados de sustento tecnológico avançado, como o da vinicultura. Mesmo assim, poucos são os cultivos competitivos para a exportação e que recompensam suficientemente a mão-de-obra empregada de origem libanesa (os trabalhadores sírios aceitam salários menores). A agricultura, portanto, ainda contribuiria marginalmente para a economia, com sua fração do PIB oscilando entre 4% e 6%. O governo tampouco logrou implementar políticas de proteção aos agricultores: 76% dessa categoria vivem sem cobertura médica, social ou previdenciária.

Como um dos mais graves efeitos da histórica anemia de investimentos na atividade agrícola, o Vale do Beqaa – mais fértil superfície do país e considerado o seu celeiro – nunca teve o seu potencial plenamente aproveitado. Verdadeiro corredor entre as cadeias montanhosas do Líbano e do Anti-Líbano, o Beqaa dispõe de lençóis freáticos abundantes e bom regime de chuvas, ainda que a irrigação seja necessária. Em seu perímetro, localizam-se alguns cultivos agroindustriais, além de pecuária. A exploração das forças produtivas nessa área não proporcionou, contudo, a erradicação da pobreza, de maneira que a vitalidade de seu subsolo serviu para a expansão de cultivos ilegais, tornando o Vale um dos epicentros do problema das drogas, como descrito a seguir.

### O HISTÓRICO DAS DROGAS NO LÍBANO

A dinâmica do mercado de substâncias ilícitas do Líbano enquadra-se no percurso histórico e político do país em quatro etapas esquemáticas: a primeira, marcada pela emergência da plantação do *hashish*, cobre o Mandato francês e a República antes da Guerra Civil (1923-1975); a segunda, do auge da produção de *hashish* e de ópio, coincide com a Guerra Civil (1975-1990); a terceira vem no bojo do pós-Guerra Civil e da Tutela da Síria (1990-2005), quando se aplicaram políticas mais severas de combate ao cultivos ilícitos; a quarta corresponde a interlúdio entre a retirada das tropas sírias do Líbano (2005-2011) e o advento da "Primavera Árabe", quando se detecta regressão dos esforços de erradicação das lavouras ilegais na fase da *Pax Syriana*.

### 1) O Período 1923-1975

A emancipação do Líbano em 1943 aconteceu em contexto no qual sua população ainda assimilava duro golpe que a economia sofrera nos anos 20: o desmantelamento da agroindústria da seda. Esta pujante atividade, que florescera no fim do século XIX, desarticulou-se em face da agressiva concorrência asiática, com traumático impacto social e econômico, fome generalizada e emigração maciça de libaneses. Em reação, camponeses desviaram-se para o cultivo e a extração da resina da *cannabis*, denominada *hashish* (grama, em árabe). Era altamente rentável, tendo em vista a sua enorme demanda no Egito e a crise da oferta causada pelo banimento dessa lavoura na Grécia após o fim da I Guerra Mundial (MARSHALL, 2012, pp. 14-58).

Em sua rápida disseminação, o *hashish*, entre os anos 1920 e 1940, estendeu-se pelo Vale do Beqaa. Afere-se que, já nos anos do Mandato, 50% da economia libanesa dependiam da produção dessa planta, que resistiu a tentativas de erradicar o seu cultivo. Em determinados casos, as campanhas de eliminação eram encabeçadas por latifundiários envolvidos com sua produção e vinculados à elite política. Esses proprietários rurais almejaram, como verdadeiro propósito, diminuir a oferta para alavancar os preços da droga e neutralizar competidores. Entre as iniciativas mais virtuosas do governo para deter a expansão do *hashish*, destacou-se o "Plano Verde". Concebido nos anos 60, ele visava a substituir esse plantio pelo de girassol. Faltou-lhe, para a sua execução, concreto apoio da classe política, bem como respaldo orçamentário: o programa jamais recebeu créditos e insumos em volumes satisfatórios (MARSHALL, 2012, pp. 14-58).

Em paralelo ao crescimento da produção do *hashish* no Beqaa, ao longo dos anos 50 e 60, o território libanês entrou na rota do tráfico de heroína em virtude da famosa "Conexão França", operada pela máfia da Córsega, em associação com a *Cosa Nostra* siciliana e grupos criminosos no Levante. A "Conexão" realinhou os eixos eurasiáticos e transatlânticos da circulação do ópio, descontinuados pela onda de repressão maoísta aos traficantes na China após a Revolução de 1949. Os criminosos franceses passaram a apostar na Turquia, como centro fornecedor de ópio, bem como na Síria e no Líbano, como artérias de escoamento para a Europa e, em seguida, para os EUA. Adicionalmente, nesses dois países funcionavam laboratórios para beneficiar o ópio (MARSHALL, 2012, pp. 14-58).

A produção de *hashish* e a circulação do ópio inseriram o Líbano no mapa dos países produtores e de trânsito de narcóticos, ao mesmo tempo em que o seu governo passava por sobressaltos políticos que pressagiavam a Guerra Civil em 1975. Em 1958, o país caiu em aguda polarização política em torno da possibilidade de que se agregasse ao experimento nasserista da República Árabe Unida (RAU), composta por Egito e Síria no período 1958-1961. Cristãos opuseram-se a essa união, apoiada, por sua vez, pelos muçulmanos. Em 1969, a tensão confessional cristã-muçulmana viveu mais um pico. Beirute, sob pressão do Cairo, aceitara dar autonomia a forças da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), estacionadas no sul do Líbano, onde faziam manobras de guerra assimétrica contra Israel. A decisão fora muito criticada pelos cristãos, mas bem acolhida pelos muçulmanos. Em 1970, o comando da Organização, sediado na Jordânia, transplantou-se para o Líbano, expulso pelo Reino Hachemita após o "Setembro Negro" – massacre de palestinos perpetrado por tropas jordanianas (KALAWOUN, 2000, pp. 41-72; 134-155).

Notava-se, portanto, conturbado cenário político, nada propício para reservar prioridade a medidas de repressão ao mercado de drogas. Outro sério entrave era a lei do sigilo bancário de 1956. Conquanto servisse como ferramenta preciosa para o setor financeiro – espinha dorsal da economia libanesa – atrair capitais, tal normativa impossibilitava o rastreo de quantias de dinheiro acumuladas com o narcotráfico. Ademais, as instituições de crédito privadas do Líbano funcionavam sob quase nenhuma



supervisão governamental até 1964, quando inaugurou-se o Banco Central Libanês (MARSHALL, 2012, pp. 14-58).

## 2) O Período 1975-1990

9

As fricções interconfessionais libanesas no fim dos anos 1950 e no decorrer dos anos 1960, potencializadas pelo enraizamento da OLP no Líbano e de sua conversão em “Estado dentro do Estado”, desaguaram na Guerra Civil. Trata-se da época de maior fortalecimento da economia da droga, pois nunca a combinação de seus indutores tinha sido tão poderosa. Afinal, com o conflito, os aparatos de defesa e de segurança desintegraram-se. A maioria de seus quadros simplesmente retirou-se, e 15% debandaram para as milícias, que se multiplicaram às dezenas nos anos posteriores (KNUDSEN, 2014, pp. 1-7). A economia entrou em colapso: só entre 1975-1977, o PIB despencou em 70%. Como esperado, a cronicamente desassistida agricultura sucumbiu em larga medida aos plantios ilícitos. No fim dos anos 1980, o serviço de inteligência da polícia israelense acreditava que a economia da droga, cujos expressivos lucros teriam financiado os grupos combatentes, ter-se-ia equiparado a 40% do PIB libanês (MARTANNER, WILSON & EL-SAGHIR, 2016, pp. 119-122; MARSHALL, 2012, pp. 59-112, ROBINS, 2016, pp. 45-47).

Provavelmente, a mais radical mudança no mapa do narcotráfico no Líbano consistiu na transformação do país em produtor de ópio e grande fabricante de heroína, abandonando a sua condição anterior de simples ponto de trânsito e de processador secundário dessa droga.

Afora a desordem interna, o cultivo de opiáceos no Vale do Beqaa também ganhou tração com a redução do fornecimento dessa matéria-prima pela Turquia nos anos 1970. Ainda do lado da oferta, as condições do solo, climáticas e de emprego de mão-de-obra no Líbano favoreciam a difusão dessa lavoura. A semeadura da papoula, planta do ópio, era contígua e, não, concorrente com a do *hashish*, o que viabilizava a colheita desse produto imediatamente antes da plantação daquele outro, maximizando o suprimento desses produtos ilegais. Ademais, requeria-se, ainda que sazonalmente, amplos

contingentes de trabalhadores, libaneses e palestinos, aliviando a pobreza do Beqaa, agravada com o conflito. Enfim, testemunhou-se, na Guerra Civil, o aumento da manufatura *in loco* de heroína. Peritos criminosos que atuavam na Europa e na Turquia deslocavam-se para o Líbano para prestar apoio nas etapas mais complexas do processamento da droga. Na segunda metade dos anos 1980, quando o conflito entrava em suas fases finais, mais de 100 laboratórios de heroína funcionavam no país, de onde saíam, anualmente, até uma dezena de toneladas do produto (MARSHALL, 2012, pp. 59-112, ROBINS, 2016, pp. 45-47).

À diferença do ópio/heroína, que experimentou crescimento mais linear, a economia do *hashish* submeteu-se a oscilações durante a Guerra Civil. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a exportação da resina para o Egito recuou consideravelmente, em vista da campanha deslançada pelo governo egípcio, que, atendendo a cobranças dos EUA (seu maior provedor de ajuda oficial ao desenvolvimento e armamentos), criminalizaria definitivamente o seu consumo. A invasão israelense ao Líbano de 1982 também prejudicou momentaneamente a logística do carregamento de *hashish*, sem que o mesmo tivesse acontecido com o ópio. Na segunda metade dos anos 1980, entretanto, o cultivo alargou-se novamente. A oferta libanesa, nesses anos, respondeu a 60% da sua demanda global (MARSHALL, 2012, pp. 59-112, ROBINS, 2016, pp. 45-47).

As forças estrangeiras ocupantes à época, como Síria e Israel, não interferiam de modo decisivo na economia da droga (inclusive cargas de heroína do Beqaa penetravam os territórios sírio e israelense). Embora os EUA manifestassem intensa preocupação com a deterioração do controle do mercado de drogas do Líbano, com relatórios da DEA indicando que o país havia-se convertido em sorte de narco-Estado, predominava na administração norte-americana, sobretudo nos anos 1980, a avaliação de que a luta contra os entorpecentes plantados no Líbano precisava dobrar-se a cálculos geoestratégicos imediatos, como o da urgência de evitar a preponderância da Síria, aliada da então União Soviética (MARSHALL, 2012, pp. 59-112, ROBINS, 2016, pp. 45-47).

Assim, a rivalidade entre as facções libanesas em guerra afirmava-se como o único eventual contratempo para a estabilidade da produção e da exportação das drogas. As

milícias disputavam entre si os portos, cuja administração escapara das mãos governamentais. O acesso à infraestrutura portuária fazia-se vital para completar o itinerário do narcotráfico, pois transportava-se a mercadoria ilegal para o Chipre, de onde zarpava para os mercados consumidores ou os pontos de redistribuição da Europa Ocidental (principalmente Itália), e dali para os EUA (MARSHALL, 2012, pp. 59-112, ROBINS, 2016, pp. 45-47).

### 3) O Período 1990-2005

Os últimos anos da Guerra Civil coincidiram com reconfiguração profunda da geopolítica mundial, na esteira do encerramento da Guerra Fria e da rivalidade EUA-URSS. Transcorreram, igualmente, em meio a guinada radical do sistema de alianças no Oriente Médio, após a invasão do Kuwait pelo Iraque e a subsequente campanha liderada pelos EUA contra o regime de Saddam Hussein. Os norte-americanos, no intuito de forjar coalizão internacional que abrigava países árabes hostis a Bagdá, adotaram política de maior tolerância quanto à intervenção da Síria no Líbano, visando a incorporar Damasco na mobilização militar pela liberação do Kuwait dos invasores iraquianos (OSOEGAWA, 2013, pp. 91-148).

Essas mudanças redesenharam a correlação de forças entre os grupos combatentes libaneses. Abriu-se, nessas condições, janela de oportunidade para negociar a paz, o que foi feito com os Acordos de Taif, em 1989, e o subsequente fim da guerra, em 1990. Com o aval dos EUA, os termos de pacificação mostraram-se muito favoráveis às pretensões sírias sobre o Líbano. Damasco obteve a tutela desse país e, paralelamente, alinhou-se ao bloco capitaneado por Washington contra Saddam Hussein (OSOEGAWA, 2013, pp. 91-148).

A *Pax Syriana* sobre o Líbano acarretou imposição de emaranhado de mecanismos de controle exercidos por Damasco sobre a política e a geografia libanesas, incluindo a fixação de numerosas tropas sírias no país e a tessitura de densa malha de informantes dos serviços de inteligência do governo do então presidente Hafez al-Assad, falecido pai do atual chefe de Estado da Síria, Bachar al-Assad (OSOEGAWA, 2013, pp. 91-148).

Na mesa de negociações entre a Síria e os EUA, onde se acordou a tutela de Damasco sobre o Líbano e a cooperação de al-Assad na frente anti-Iraque, constou, também, o dossiê das drogas. Washington esperava que os sírios se incumbissem da missão de erradicar a narco-agroindústria libanesa, aproveitando-se da vasta capilaridade de seus aparatos militares e de espionagem (MARSHALL, 2012, pp. 113-132; STRATFOR, 2002).

Mesmo com todos os recursos militares e a ascendência política de que Damasco usufruía dentro do Líbano, a tarefa de suprimir o universo social e produtivo relacionado às drogas não se mostrou fácil. O governo sírio, como o governo libanês no passado, chocou-se com todas as adversidades possíveis no Vale do Beqaa e em outras áreas em que a ausência histórica do Estado permitia que milícias, fazendeiros e agricultores de ópio e *hashish* defendessem com armas suas lavouras. Ademais, as tropas sírias tiveram de destruir plantações sob o controle de bandos estrangeiros (iranianos, líbios, palestinos) que se enriqueciam com os cultivos ilícitos durante a Guerra Civil (MARSHALL, 2012, pp. 113-132).

O desafio mais complicado para a Síria, porém, teria sido punir seus próprios nacionais inseridos no mercado de estupefacientes no Líbano. Havia especulações de que contingentes militares e oficiais sírios participavam direta ou indiretamente da produção e da distribuição de narcóticos, ou que tributavam os campos de papoula e *hashish*. Jonathan Marshall, jornalista e pesquisador do tema da narco-economia libanesa, alega que figuras próximas ao círculo de poder dos al-Assad integrariam essas redes narcotraficantes. Um deles seria Rifaat al-Assad, o ex-vice-presidente e irmão de Hafez al-Assad, hoje exilado na França. Outro seria o clã al-Kassar, milionária família de sírios que, desde os anos 1940, implicavam-se na produção e no transporte de *hashish* no Líbano e em outros lugares (MARSHALL, 2012, pp. 113-132; ROBINS, 2016, 47-48).

Malgrado todos os obstáculos, a Síria, sempre no intento de justificar e legitimar perante os EUA sua tutela sobre o Líbano, alcançou resultados positivos em sua política de por abaixo o mercado de drogas. Sob a supervisão de Damasco, programa sírio-libanês de erradicação de cultivos fora da lei, lançado em 1992, conseguiu em dois anos desbaratar 80% das lavouras de ópio e 50% dos campos de *hashish*. Em concomitância,

o governo sírio, exercendo sua influência sobre a classe política libanesa, incentivou Beirute a engajar-se mais seriamente com o arcabouço jurídico internacional concernente ao combate aos narcóticos. Assim, o Líbano ratificou as convenções anti-drogas das Nações Unidas de 1961, 1971 e 1988. No tocante à sua legislação interna, o país promulgou, em 1998, a Lei 673 sobre anti-narcóticos. O dispositivo, apesar de significar progressos, vinha com lacunas e não contemplava aspecto crucial para que o cerco ao narcotráfico fechasse totalmente: a revisão de normativas em prol do sigilo bancário (MARSHALL, 2012, pp. 113-132; ROBINS, 2016, 47-48). Cumpre salientar, contudo, que, nos anos 1990, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) manteve diálogo com as autoridades libanesas sobre esse problema e as convenceu a implementar flexibilização relativa do sigilo (ARLACHI, 2007, pp. 238-239).

Os êxitos da *Pax Syriana* na redução do plantio e da circulação de ópio e *hashish* foram reconhecidos internacionalmente. As Nações Unidas, em 1995, já haviam retirado o Líbano da lista de produtores de estupefacientes. O próprio governo norte-americano, tendencialmente mais rigoroso do que a ONU, anunciou, em 1997, que o país não mais se enquadrava na categoria de centro supridor ou distribuidor de drogas (MARSHALL, 2012, pp. 113-132; ROBINS, 2016, 47-48).

O sucesso da mobilização contra essas atividades ilícitas cobrou, no entanto, preço social elevado: a população do Beqaa, que paradoxalmente desfrutara de melhoria de seus rendimentos e de seu padrão de vida na Guerra Civil em função da agroindústria ilegal, passou a viver nova espiral de empobrecimento. No início dos anos 2000, sua renda *per capita*, de US\$ 500, correspondia a 1/7 da média nacional (ROBINS, 2016, 49-51).

Acrescenta-se que os programas de substituição de cultivos desenvolvidos pelo Líbano com colaboração das Nações Unidas e de doadores ocidentais falharam em tirar a mão-de-obra rural do Beqaa do estado de penúria em que viviam nos anos 90. A consecução de muitos dos projetos nesse setor ficaram a cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Embora houvesse anúncios por parte da comunidade internacional de canalizar até US\$ 300 milhões, o Programa recolheu somente 1% do montante prometido. Na vertente bilateral, o governo norte-americano,

em vão, tentou introduzir, no lugar da plantação de drogas, a pecuária (MARSHALL, 2012, pp. 113-132; ROBINS, 2016, 49-51).

#### 4) O Período 2005-2011

Como exposto acima, a era da tutela síria interrompeu longo período, iniciado mesmo antes da independência do Líbano, em que vigeu a proliferação de plantações e unidades de processamento de gêneros ilegais como o *hashish* e o ópio. Tratou-se de excepcional hiato, quando, pela primeira vez, a produção e a circulação de entorpecentes e das suas matérias-primas se retraíram.

O principal vetor para essa mudança – o controle da Síria sobre o Líbano – já permitia entrever quão artificial e insustentável era a política anti-drogas. Esta não se escorava em deliberações espontâneas e soberanas das lideranças libanesas. Pelo contrário, era fruto da imposição de governo estrangeiro, cujo empenho no combate ao referido ilícito tampouco derivava de preocupações sociais e econômicas. Suprimir a narco-economia obedecia muito mais ao cálculo de poder feito pelos dirigentes sírios de responder às exigências dos EUA para, como contrapartida, garantir a sua hegemonia sobre o país vizinho. O contínuo descaso local e internacional quanto à necessidade de mitigar a pobreza da população antes dependente da agricultura de *hashish* e ópio erodiu ainda mais os frágeis alicerces sobre os quais se executavam as atividades de erradicação dos cultivos ilícitos.

A tutela da Síria sobre o Líbano acabou em 2005, em decorrência da forte pressão internacional, expressa claramente na Resolução 1559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), adotada ainda em 2004, a qual demandava do governo sírio a saída de suas tropas do território libanês. O texto exortava Damasco a garantir “soberania, integridade territorial, unidade e independência política do Líbano”, exigindo, portanto: a retirada de todas as forças remanescentes (estrangeiras) do Líbano, o que obviamente incluía a Síria; e o desarmamento de todas as milícias, libanesas e não libanesas, como o *Hizbullah* e as numerosas facções palestinas: HAMAS, Jihad Islâmico, FPLP, FDLP, FPLP-CG, entre outras (OSOEGAWA, 2013, pp. 149-178).

Um dos estímulos principais que compeliram Damasco a seguir a Resolução 1559 foi a imensa comoção na sociedade libanesa e no exterior diante do assassinato do ex-primeiro-ministro libanês, Rafic Hariri, em fevereiro de 2005. Hariri, outrora próximo dos al-Assad, passou a opor-se em seus últimos anos de vida à presença síria no Líbano. Segmentos políticos libaneses anti-Damasco, bem como governos ocidentais e árabes (sobretudo EUA, França e Arábia Saudita) suspeitavam de que sua morte teria sido orquestrada pelos serviços secretos sírios e pelo *Hizbullah* (OSOEGAWA, 2013, pp. 149-178).

Com a partida dos contingentes militares sírios do Líbano, observou-se tendência ao refluxo do trabalho de supressão dos plantios de ilícitos. Entre 2005 e 2011, as safras de *hashish* tornaram a crescer toda vez em que os aparelhos militares e policiais libaneses, sem mais o apoio de Damasco, viam-se às voltas com urgências na segurança do país, o que desviava a já parca atenção e os exíguos recursos dirigidos ao dossiê das drogas. Isto aconteceu ao longo de 2005, quando da crise política surgida com a morte do ex-premiê Hariri; em 2006, com a guerra entre Israel e o *Hizbullah*; em 2007, com a batalha do acampamento de refugiados palestinos de Nahr al-Bared; e em 2008, ano das escaramuças em Beirute ocidental entre o "Partido de Deus" e seus rivais sunitas. Em 2009 e 2010, porém, quando houve interlúdio de maior estabilidade, as operações de erradicação revelaram-se mais frutíferas (ROBINS, 2016, pp. 50-51).

Outra dificuldade com o fim da *Pax Syriana* foi o aparecimento de nova geração de "barões" das drogas no Vale do Beqaa. Mediante esquemas de benefícios sociais para os camponeses e a disponibilização de seus bandos armados para proteger plantações, esses chefes delinquentes mais uma vez passaram a frustrar o avanço das políticas de combate ao narcotráfico e de substituição de cultivos. Destaca-se o exemplo de Nuh Zaiter, o "Robin Hood" do Beqaa. Xiíta, como a maioria da população do Vale, Zaiter granjeou simpatia e fidelidade de muitos habitantes nessa região, a ponto de viver em perímetro rodeado por anel de milicianos que impedem o ingresso de forças do Estado libanês (ROBINS, 2016, pp. 50-51).

O término da hegemonia da Síria sobre o Líbano deixou, por fim, pendências político-diplomáticas entre os dois países que, na era da tutela, prescindiam de resolução,

em face da natureza assimétrica das relações entre Beirute e Damasco. Entre elas, sobressaíam as indefinições sobre as já porosas fronteiras sírio-libanesas. A insuficiente cooperação bilateral para equacionar litígios territoriais contribuía para piorar o monitoramento das faixas limítrofes, ajudando o escoamento de mercadorias contrabandeadas, entorpecentes inclusive (TROMBETTA, 2008, pp.1-6). Drogas também eram filtradas através da fronteira sul, com Israel.

Em meio a tantas crises, e devido à citada fragilidade institucional – tributária do sistema de equilíbrio entre as confissões – o governo libanês abordou superficialmente o problema das drogas nos anos pós-hegemonia da Síria, por mais que suas lideranças soubessem que os cultivos ilegais como o do *hashish*, mas também o do ópio, alastravam-se uma vez mais. Conforme exposto em comunicações da Embaixada dos EUA em Beirute vazadas pelo *Wikileaks*, importantes figuras políticas libanesas alertavam os norte-americanos sobre o retorno da narco-agroindústria, advertindo que as suas causas primárias – a pobreza e a falta de políticas públicas para a agricultura – perduravam. Ainda que os diplomatas estadunidenses na capital libanesa e o escritório da DEA subscrevessem essa perspectiva, como demonstram os seus relatórios, eles não o faziam com a mesma tônica de preocupação expressa pelos seus interlocutores locais (WIKILEAKS, 2008; WILILEAKS, 2009).

Mesmo a ajuda externa, notadamente a dos EUA, daria sinais de fadiga, por razões até contraditórias. Especula-se que, entre 2003-2011, período em que tropas norte-americanas operavam no Iraque após a derrubada de Saddam Hussein, detectou-se intenso consumo de *hashish* importado do Líbano pelas tropas estadunidenses naquele país, prática discretamente tolerada (CHAMS, 2018).

## **A ATUALIDADE: O IMPACTO DA GUERRA NA SÍRIA, A “REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 2019” E ALÉM**

No último decênio, a questão das drogas no Líbano vive uma quinta fase, nascida na esteira da “Primavera Árabe”, cuja eclosão, em 2011, gerou contundentes efeitos sobre a geopolítica médio-oriental, especialmente com a guerra na Síria. O problema da



produção de cultivos ilícitos também acabou influenciado pelos últimos acontecimentos no país, à luz das manifestações populares que tomaram o país a partir de outubro de 2019 – a “Revolução de 17 de Outubro”, da degeneração do cenário macroeconômico, da declaração de *default* e do advento da pandemia da COVID-19.

Por um lado, haveria, em relação ao período imediatamente anterior de 2005-2011, o prosseguimento do mesmo dilema sobre o combate à narco-economia: a fragmentada política interna e as pressões em outros domínios da segurança pública que acentuam a escassez tanto de meios preventivos de combate às drogas (programas de erradicação de cultivos e assistência financeira e técnica aos agricultores) quanto coercitivos (neutralização de grupos criminosos que protegem ou controlam campos ilegais no Beqaa).

Nessas circunstâncias, o momento atual distinguir-se-ia do anterior simplesmente pelo maior crescimento dos cultivos ilegais existentes e pelo maior grau de carência dos órgãos governamentais. As forças armadas e os entes de segurança pública libaneses tiveram de alocar suas restritas capacidades humanas e materiais para moderar os efeitos deletérios das ondas de choque propagadas pela catástrofe síria, como a infiltração de jihadistas no Líbano e o recrudescimento das tensões sectárias, nomeadamente entre sunitas e xiitas, lembrando que o Líbano passou a abrigar mais de 1 milhão de refugiados da Síria, quase todos sunitas (NERGUIZIAN, 2015, pp. 108-135). Ademais, a disseminação do novo coronavírus obrigou as FAL a arregimentar 40 mil efetivos (do total de 61 mil) para ajudar nos trabalhos de contenção da doença (NERGUIZIAN, 2015, pp. 108-135; NERGUIZAN, 2020).

Tudo isso estaria ocorrendo em meio a turbulências da política doméstica. Em 2011, o então primeiro-ministro, Saad Hariri (filho de Rafic Hariri), deixou o cargo após receber voto de desconfiança do Parlamento. Entre 2014 e 2016, o país ficou sem presidente, por causa das divergências dentro da comunidade maronita para selecionar o novo chefe de Estado (o qual é eleito indiretamente pelos deputados).

A "Revolução de 17 Outubro", com 1 milhão de libaneses nas ruas condenando os altos índices de corrupção e a inépcia do governo para melhorar a qualidade de vida

da população, acarretou a queda do último gabinete ministerial formado após o pleito legislativo com base no equilíbrio partidário-confessional, o qual tinha, por mais uma vez, Hariri filho à sua frente. Este foi sucedido pela figura anódina do premiê Hassan Diab, que passou a encabeçar gabinete desprovido de personalidades políticas e com verniz tecnocrático, mas sob influência do *Hizbullah*. Sem conter as mazelas econômicas, Diab declarou em 2020 o *default*, abrindo-se difíceis negociações com credores internacionais.

Por outro lado, a presente conjuntura também se demarcaria qualitativamente de todo o histórico das drogas no Líbano em função de, basicamente, dois inéditos desdobramentos em curso. O primeiro, que poderia ser categorizado como positivo, cinge-se ao processo de legalização do cultivo de *hashish*. O segundo, de contornos negativos, refere-se à introdução do Líbano no mapa da circulação e da produção de mais uma substância ilegal: o *captagon*.

### **1) O Soerguimento do Cultivo do *Hashish* e a Reação da Sociedade e da Classe Política Libanesas**

A guerra do governo al-Assad contra forças opositoristas e exércitos jihadistas como o Estado Islâmico (EI) e a Frente *an-Nusra* (rebatizada de *Hayaat Tahrir ash-Sham* – HTS) abriu vácuos de autoridade sobre o espaço territorial sírio, afrouxando o monitoramento de rotas de tráfico originadas no Líbano que atravessavam o país vizinho. Logo, o conflito operou como indutor da reescalada do cultivo de *hashish*, cujas safras ganharam mais fluidez em sua vazão para o exterior. Da Síria, metade da produção iria para a Turquia, rumando em seguida para a Europa; ou para o Iraque e a Jordânia, tendo como parada final os países do Golfo. A outra metade permaneceria no Líbano, onde seria usada por locais e por turistas estrangeiros.

Exauridos pelas tarefas de anulação de focos de violência intersectária e de prevenção ao terrorismo jihadista, entes policiais, como as Forças de Segurança Interna (FSI) do Ministério do Interior e das Municipalidades, viram-se inabilitados a frear o avanço dos plantios de drogas. Em declaração à imprensa em 2015, o general Ghassam Chamseddine, chefe da Brigada de Estupefacientes, unidade especializada das FSI para ações anti-drogas, confessou que, desde 2012, não se destruía cultivos de *hashish* (EL-

HAGE, 2015). Entre 2013 e 2014, a extensão das lavouras teria, como também depôs Chamseddine, saltado de 3.500 hectares para 10.000 hectares. Um dos últimos compêndios do *World Drug Report* (WDR) do UNODC, divulgado em 2018 e cobrindo dados de 2017, identificava o Líbano como o terceiro produtor de resina de *cannabis*, atrás do Marrocos e do Afeganistão, mas na dianteira de grandes países com histórico desse cultivo, como o Paquistão (WDR, 2018, p. 42).

Esse quadro desalentador para os esforços de repressão não poderia ser diferente, entre outras razões, pelas debilidades da Brigada de Estupefacientes. Ainda que tenha conquistado respeito pelo seu trabalho de inteligência, ela sofre deficiências: inexistem unidades estacionadas nos postos de fronteira, no aeroporto internacional de Beirute e nos portos. Para que a Brigada consiga apreender mercadorias ilícitas como as drogas, ela dependeria, inescapavelmente, da boa vontade de outras instâncias, presentes nesses lugares, como a alfândega, subordinada a outro Ministério, o das Finanças. Tampouco seus quadros operam diretamente nas tarefas de destruição de cultivos (EL-HAGE, 2015; SUSUR, 2016).

Acresce que, em teoria, acima da Brigada, deveria incorporar-se, no organograma da pasta do Interior e das Municipalidades, o Diretório Central para Controle de Drogas, repartição com mais poderes e mais próxima do gabinete do ministro. A consolidação do Diretório jamais saiu do papel (THE GLOBAL INITIATIVE, 2017, p.18).

Mais dramática do que a exígua capilaridade da Brigada de Estupefacientes é, no plano da oferta, a constatação de que, nos anos subsequentes à Primavera Árabe e à guerra na Síria, as oportunidades econômicas advindas do *hashish* ampliaram-se muito, tendo-se tornado diretamente proporcionais ao ceticismo quanto à possibilidade de que programas de substituição de cultivo exerçam qualquer atratividade junto à mão-de-obra empregada na plantação dessa droga. Consultado pelo jornal *An-Nahar*, o economista libanês Marwan Iskander compartilhou estimativas segundo as quais o agronegócio ilegal do *hashish* girava em torno de US\$ 2 bilhões, equivalendo a 5% do PIB do Líbano. Além de abrandar a pobreza no Vale do Beqaa, o cultivo tem igualmente absorvido, como trabalhadores, refugiados sírios em território libanês, os quais padecem de condições de

vida ainda piores, em face das enormes limitações do Estado receptor para acolhê-los (M'ALAAUUII, 2015).

Conjugam-se às problemáticas dimensões econômicas do mercado ilegal de drogas as suas lesivas implicações sociais e de segurança. É bem verdade que os libaneses, mais tradicionais e conservadores do que as sociedades ocidentais, ostentariam cifras bem mais discretas de usuários: 15 mil, em total de 4,2 milhões de habitantes (ROBINS, 2016, pp. 52-53). Fora dessa estimativa, há contingentes de refugiados sírios e palestinos que também consomem *hashish*.

O tratamento dispensado aos consumidores libaneses, contudo, permaneceria muito aquém do satisfatório. Conquanto a Lei 673, promulgada em 1998, estipule que o porte de estupefacientes não constitua crime, essa normativa jamais entrou em vigor. Cerca de 20% dos detentos chegam aos cárceres presos por utilizarem narcóticos ou por traficá-los. São em grande parte estudantes, motoristas de táxi e barbeiros, dentro de faixas etárias que não ultrapassariam os 30 anos. Levantamentos da Brigada de Estupefacientes fazem crer que o encarceramento dessa categoria de infratores deve incrementar-se nos próximos anos: se em 2014 contabilizaram-se 71 detidos, em 2015 a quantidade subiu para 2781, 56,2% desse universo devido ao porte ou venda de *hashish* (SUSUR, 2015).

Muitas vezes, os presos pelo consumo ou pelo tráfico têm de conviver em penitenciárias com criminosos sentenciados por razões bem mais funestas, especialmente terrorismo. Exemplo eloquente é a temível Roumieh. Situada na grande Beirute, trata-se da maior prisão do Líbano. 30% de seus internos respondem pelo delito de drogas, mas devem coabitar com militantes de organizações islamistas radicais como a *al-Qaeda* e o EI (ROBINS, 2016, pp 58-59).

À luz dessa situação, certas lideranças políticas e partidárias de realce, nos últimos cinco anos, começaram a sinalizar publicamente que a via mais racional para gerir o recobro da agricultura do *hashish* passaria pela sua legalização. Elas apegam-se à ideia de que a regulamentação da produção da planta e da circulação de sua resina garantiriam a provisão de benefícios para os camponeses do Beqaa sem que criminosos continuassem

a lucrar e se robustecer militarmente. Evitar-se-iam, igualmente, o inchaço nos complexos prisionais e a conversão de vários jovens à criminalidade hedionda, inclusive o terrorismo.

Os que advogam a legalização do *hashish* defendem o incentivo a essa cultura para fins de saúde, com o propósito também de oxigenar a combalida economia, que ainda não arrancou em virtude dos efeitos da crise na Síria, da falta de reformas estruturais e da declaração de *default* pelo governo em 2020 após as manifestações populares iniciadas em 2019 contra a corrupção e o descaso governamental com a condição de vida dos cidadãos.

De resto, os entusiastas da legalização afirmam que cultivo destinado a atividades terapêuticas ajudaria a atenuar a elevada taxa de desemprego – de 20% – e a depressurizar a situação fiscal: o déficit público libanês – terceiro maior em todo o mundo, superado somente pelos do Japão e da Grécia – já atingiu a grandeza de 156% do PIB (AN-NAHAR, 2015). Comungando dessa perspectiva, a firma de consultoria internacional McKinsey divulgou relatório segundo o qual a agroindústria do *hashish* para o mercado de artigos medicinais injetaria quase US\$ 1 bilhão na economia formal do Líbano (CHAMS, 2018).

Uma das vozes mais estridentes em favor da normalização do cultivo e do consumo do *hashish* é a do influente deputado da Assembleia do Líbano, Walid Jumblatt. Chefe do grupo confessional druso e líder do Partido Socialista Progressista (PSP), Jumblatt lançou campanha em 2014 pelo fim da criminalização do referido cultivo, sempre esgrimindo que a medida pavimentaria o caminho para que a população do Beqaa superasse a pobreza abjeta em que vive. Para o parlamentar, o *hashish*, "gênero de cultivo ancestral", se legalizado, não só abasteceria a indústria farmacêutica, mas poderia ter fins recreativos, os quais, na opinião do político, não esgarçariam o tecido familiar e social libanês, ao contrário das drogas sintéticas, cujo uso resultaria, nas palavras de Jumblatt, "devastador" (EL-HAGE A, 2015).

Depois do líder druso, em julho de 2018, o poderoso Nabih Berri, presidente da Assembleia e líder do AMAL – legenda que, junto com o *Hizbullah*, representa a

majoritária coletividade xiita libanesa – pronunciou-se pela descriminalização do *hashish*, antecipando sua intenção de entabular no parlamento projeto legalizando a produção da planta para emprego medicinal. A declaração de Berri foi considerada impactante em vista não só de sua destacada posição no vértice político-institucional de seu país – ele ocupa o terceiro cargo mais importante, após os de presidente e primeiro-ministro –, mas, também, porque o chefe do Legislativo aludiu ao tema durante reunião com a embaixadora em Beirute dos EUA, a potência que mais coopera com o Líbano (e o pressiona) no combate ao narcotráfico. Não obstante a surpresa que causaram, as palavras de Berri soariam previsíveis e muito lógicas politicamente: fração significativa de seu esteio político e eleitoral são os xiitas pobres do Beqaa ou oriundos dessa região que, sem perspectivas, migraram para as periferias da capital e acabaram, em muitos casos, envolvendo-se com o tráfico de *hashish* e sendo aprisionados em Roumieh e outros cárceres (CHAMS, 2018; DIONIGI, 2014, p. 129).

No campo dos detratores, sempre houve sonora resistência, assentada nos mais variados argumentos para que o *hashish* não saísse da ilegalidade. Muitos vinham asseverando que a requalificação da planta e da sua resina como mercadorias convencionais estimularia muito o seu consumo entre jovens, provocando aumento de usuários que não poderiam ser atendidos adequadamente por centros de saúde públicos ou particulares. Outro questionamento dos céticos teria a ver com as máfias locais que dominam o tráfico desse entorpecente: elas seriam efetivamente extintas com a descriminalização? Similarmente, pairavam dúvidas se os agricultores do Beqaa poderiam aproveitar a legalização para melhorar suas condições sociais e econômicas ou se, na prática, as milícias e os grandes fazendeiros do Vale se tornariam os verdadeiros agraciados, auferindo lucros ainda maiores com a regulamentação da lavoura e do comércio da planta (EL-HAGE, 2015 B). Outra crítica cogitaria cenário em que os agentes políticos conseguiriam legiferar a descriminalização do plantio e do uso de *hashish*, sem que, em virtude da crônica fraqueza institucional do país, lograssem a sua consecução. Precedentes corroborariam essa hipótese: a citada Lei 673 já previa o manejo da droga por instituições de pesquisa ou fábricas com licença para produzir medicamentos ou alimentos. O dispositivo jamais foi seriamente aplicado, caindo no esquecimento (BAARSIKHIAN A, 2018).

Os acontecimentos de 2019 e 2020, com a “Revolução de 17 de Outubro” e a declaração pelas autoridades libanesas de *default*, provocaram urgências tão drásticas para o resgate econômico do país que os argumentos contra a legalização do *hashish* se apequenaram diante da necessidade de incentivar setores produtivos da economia. Sendo assim, em abril de 2020, a Assembleia libanesa decidiu em favor do cultivo da planta para finalidades medicinais. Não se vislumbra ainda como o governo lidará nos detalhes com esta nova diretriz (ARABI 21, 2020).

## 2) A Chegada do *Captagon*

De modo inverso ao caso do *hashish*, substância ilegal de presença histórica no Líbano e que virou objeto de debate público acabando finalmente legalizado, o *captagon* aparece como novidade, causando muita apreensão entre os aparatos de segurança e a própria sociedade.

O *captagon* original, como remédio de marca registrada, era composto de fenetilina, estimulante anfetamínico sintetizado na então Alemanha Ocidental para tratamento de crianças diagnosticadas com déficit de atenção ou desordem hiperativa. No início dos anos 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o UNODC, acolhendo advertências em análises científicas de que a substância continha enormes riscos de geração de dependência química, inscreveram o composto em suas respectivas listas de psicotrópicos sob controle internacional. Nesse mesmo período, todavia, países do bloco socialista, em especial a Bulgária, continuaram com a produção industrial da pílula, em variantes não-registradas e igualmente ilegais, cuja sintetização é muitas vezes sem fenetilina e à base de outras substâncias (GLOBAL INIATIVE 2016, pp. 5-7; GLOBAL INITIATIVE 2017, pp. 7-9; KRAVITZ, 2016, pp. 2-3; LANIEL, 2017, pp. 6-10).

De fácil e barata manufatura, essas novas versões do *captagon* têm-se espalhado como droga na Ásia Meridional e no Oriente Médio, principalmente nos países do Golfo, onde é apelidado, em árabe, de *Abu Hilalain*, isto é, o "pai dos dois crescentes", em alusão ao desenho de duas luas em suas superfícies. (GLOBAL INITIATIVE 2016, pp. 5-7; GLOBAL INITIATIVE 2017, pp. 7-9; KRAVITZ, 2016, pp. 2-3; LANIEL, 2017, pp. 6-10).

A demanda médio-oriental do *captagon* é puxada, sobretudo, pela Arábia Saudita, cuja vasta população jovem tem comprado a pastilha no mercado negro para fins recreativos como atingir estados elevados de excitação e potencializar a capacidade sexual. Sua ingestão permite também superar desânimo psicológico e, no caso de estudantes, maximizar o desempenho intelectual. As autoridades policiais sauditas, antes reticentes em admitir o impacto do consumo desse sintético no Reino, têm, na última década, admitido a invasão do *captagon*, que substituiu os opiáceos como a droga de maior aquisição local. Já em 2009, a quantidade de pílulas confiscadas em território saudita superava os volumes desse produto apreendidos na China e nos EUA juntos (ROBINS, 2016, pp. 126-128).

Até 2006, a elaboração ilegal do *captagon* concentrava-se na Europa Oriental, com o citado destaque para a Bulgária. A admissão deste país na União Europeia (UE) a partir de 2007 e a predileção das máfias búlgaras pelo comércio de outras substâncias (*ecstasy*) deslocaram tanto os laboratórios de sintetização quanto os de compressão em massa das pílulas. O Líbano, que, até então, servia como via de trânsito da pastilha, gradualmente tornou-se sede de novos laboratórios para a síntese química e a produção em escala industrial. A instalação de fábricas clandestinas tem sido feita, inclusive, com a supervisão de peritos búlgaros, às vezes presos pela polícia libanesa. O remapeamento da indústria do *captagon* simplificaria o seu tráfico, de vez que encurtaria o percurso entre a etapa de elaboração – a partir de então em países do Oriente Médio – e a de consumo no Golfo.

Entre 2009 e 2014, interceptações de cargas cada vez maiores de *captagon* ratificavam a noção de que o Líbano se convertia em uma das plataformas desse tráfico, pelo duplo papel de país produtor e de passagem. De acordo com a DEA, em 2011, 2012, 2013 e 2014 foram detidas as respectivas quantidades de 499 mil, 463 mil, 12,3 milhões e 35,2 milhões de pastilhas. Em 2015, o volume apreendido caiu para 15 milhões de unidades. Avalia-se, porém, que, ao invés de retrair-se, a movimentação da droga ganhou em discrição, escapando do monitoramento dos órgãos de segurança pública, os quais, como dito, encontravam-se quase esgotados na luta anti-terrorista e no represamento da



violência interconfessional. (ARBID, 2016, pp. 28-34; GLOBAL INITIATIVE 2016, pp. 17-19; GLOBAL INITIATIVE 2017, pp. 9-21; KRAVITZ, 2016, pp.3-6).

O recrudescimento da guerra na Síria engendraria alterações na circulação do *captagon* no Oriente Médio a partir do Líbano. Há boa margem de consenso de que os confrontos entre o regime de Damasco e os rebeldes, aumentando insegurança do território sírio e obrigando o fechamento de postos de fronteira, como o de Nassib-Jaber, entre a Síria e a Jordânia, teriam precipitado o deslocamento das rotas daquela droga sintética. Alternativamente, em vista dos percalços nas arriscadas vias terrestres, os traficantes compensariam com carregamentos por linhas aéreas e marítimas para expedir a mercadoria ilegal aos países do Golfo (ARBID, 2016, pp. 28-34; GLOBAL INITIATIVE 2016, pp. 17-19; GLOBAL INITIATIVE 2017, pp. 9-21; KRAVITZ, 2016, pp.3-6 ).

Em 2015, no aeroporto internacional de Beirute, as autoridades libanesas prenderam o príncipe Abdul Mohsen Abdul Aziz as-Saud, membro da família real saudita, que tentava contrabandear para o seu país 30 volumes repletos de *captagon*. O episódio demonstrava como aviões civis estavam sendo usados para o despacho clandestino da pílula para o seu maior centro de consumo. As estatísticas do UNODC comprovam a tendência. O WDR de 2016, analisando o panorama global dos entorpecentes em 2015, reporta que, naquele ano, mais de 10 milhões de tabletes de *captagon* procedentes do Líbano entraram no Reino saudita por avião, ao passo que a quantidade por terra alcançava menos de 1 milhão de unidades (WDR, 2016, p. 55).

Em paralelo, a infraestrutura portuária libanesa serviria como duto ainda mais intenso para transportar a substância. Neste caso, o WPR 2016 atesta que, também em 2015, navios que zarparam do Líbano moveram estoque superior a 10 milhões de pastilhas para o Golfo. Outras cargas, com a mesma quantidade, foram para o Sudão e destinos desconhecidos (WDR, 2016, p. 55).

Os embates na Síria teriam redimensionado o tráfico do *captagon* ainda de outra forma: especula-se que o conflito estaria intensificando o consumo desse estimulante naquele país. Desde a irrupção da guerra acumulam-se notícias de imprensa de que a

pílula estaria sendo comercializada entre as fileiras combatentes de ambos os lados (MAGHRABI, 2015). A ingestão potencializaria, pelos menos temporariamente, a capacidade de luta, pois a droga aplacaria privações, como sentimento de fome e de dores corporais resultantes de ferimentos, além de inibir a necessidade de sono.<sup>3</sup>

Entidades policiais libanesas discordariam de que as facções na Síria estariam tomando o *captagon* em larga escala a ponto de afirmar-se que o entorpecente funcionaria como espécie de "motor químico" para o conflito, mas admitiriam que os grupos em guerra praticariam o comércio da droga para regenerar seus orçamentos e comprar armas (KHODER, 2016). A UNODC é ainda mais conservadora em seu enfoque. Seu WPR de 2017 aponta para a falta de dados conclusivos sobre a atuação do EI por trás da manufatura da pílula ou sobre o consumo em massa pelos seus batalhões. O relatório expõe igualmente que não haveria como mensurar, nas receitas do EI, eventuais lucros auferidos com a venda do *captagon* (WDR, 2017, p. 11).

## A DIFÍCIL QUESTÃO POLÍTICA

Ao se discutir a questão das drogas no Líbano, não há como desviar-se do sensível debate em torno da acusação de envolvimento de forças políticas desse país no mercado de entorpecentes, em especial o *Hizbullah*. Ultimamente, surgem medidas de governos hostis ao "Partido de Deus", que não só o enquadram como organização terrorista, mas também o classificam como entidade criminoso. Um dos mais emblemáticos movimentos nesse sentido foi a promulgação em 2016, pelo então presidente dos EUA, Barack Obama, do *Hezbollah International Financing Prevention Act* (HIFPA), o qual tinha sido favoravelmente votado pelo Congresso norte-americano um ano antes.

O HIFPA possui cobertura global de monitoramento, instrumentalizando a hegemonia do manejo do dólar e do emprego do sistema SWIFT, sem mencionar o papel

---

<sup>3</sup> Em 2015, o autor contactou, no Líbano, simpatizante do *Hizbullah*, que lhe reportou conversa que manteve com milicianos dessa organização xiita que combatiam na Síria. Eles descreveram como membros do EI e de outras facções salafistas-jihadistas contra as quais o "Partido de Deus" guerreava, após seriamente feridos por disparos de balas, não desistiam de lutar, deixando patente os efeitos do *captagon*, que os estimulariam psicologicamente a ponto de ignorar a dor.

de Nova York como etapa quase incontornável na movimentação bancária de remessas. Tal regulamento americano coloca em sua mira os fluxos monetários do *Hizbullah*, de instituições em sua órbita de influência e de indivíduos considerados seus membros ou financiadores. Além disso, penaliza bancos que realizam transações com esses elementos.

O HIFPA inova em relação às diretrizes americanas anti-terroristas precedentes que tratavam do *Hizbullah* ao tipificar o grupo como "significativo traficante estrangeiro de narcóticos e significativa organização criminosa transnacional". Para embasar essa designação, arrolam-se quatro denúncias de que o "Partido de Deus" possuiria conexões com o narcotráfico internacional e operações de lavagem de dinheiro para acobertar a prática desse ilícito. Em adição, para identificar o grupo como "organização criminosa internacional", enumeram-se seis alegadas evidências de que o *Hizbullah* promoveria contrafação, contrabando de mercadorias, extorsão, etc. (HIFPA, 2015).

O Senado dos EUA, já no mandato do presidente Donald Trump, vem estudando propostas de inserção de emendas ao HIFPA para torná-lo ainda mais draconiano (RABIIA', 2018). Em complemento, o Departamento de Justiça instituiu, em 2018, a *Transnational Organized Crime Task Force* (TOCTF), força-tarefa devotada a combater os maiores grupos criminosos operantes nos EUA. Na lista da TOCTF, consta o *Hizbullah*, na companhia dos carteis de Jalisco e Sinaloa no México, da Mara-13, de El Salvador, e do Clã do Golfo, da Colômbia (DEPARTMENT OF JUSTICE, 2018).

Vale antecipar, no entanto, que a presente redação do HIFPA, ao suscitar casos de ilícitos perpetrados pelo "Partido de Deus", em nenhum ponto toca na participação do *Hizbullah* com a produção ou a circulação de drogas nem no Líbano, nem no Oriente Médio.

As investidas do Legislativo e do Executivo estadunidenses contra o "Partido de Deus" coadunam-se com matriz de opinião divulgada por *think tanks* conservadores, como o *Foundation for the Defense of Democracies* (FFD) e o *Washington Institute for Near East Policy*, os quais pretendem abertamente orientar o governo norte-americano a fechar o cerco contra o partido-milícia xiita libanês, ecoando a ideia de que ele não só se

comportaria como força terrorista, mas que transitaria nos circuitos transnacionais do crime – em particular o do narcotráfico.

Em franca proliferação, matérias de autoria desses centros de pesquisa e de jornalistas americanos, europeus ou latino-americanos, a fim de revelar a imbricação terror-drogas nas atividades do *Hizbullah*, tentam prover detalhes sobre o relacionamento de supostos operativos deles, via de regra membros da diáspora árabe e libanesa nas Américas, com organizações fora da lei ou autoridades de governos acusadas de promover o comércio de drogas: carteis mexicanos; as dissidências armadas das antigas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (FARC-EP); o Primeiro Comando da Capital (PCC) no Brasil; e dignitários do regime bolivariano da Venezuela, como o ex-vice-presidente executivo e ex-ministro do Interior e da Justiça Tareckal-Aissami; etc.<sup>4</sup>

Não se pode negar a controvérsia em torno desses vínculos. Afora o passivo de estigmatizar as comunidades árabes e islâmicas na América Latina, o maior óbice para sustentar tal presunção repousa na ausência de efetiva comprovação de que os indiciados sejam adeptos do "Partido de Deus" (FERREIRA, 2016, pp. 129-180).

Logicamente, é plausível que expoentes das coletividades de origem libanesa em países latino-americanos cometam crimes, inclusive de narcotráfico, como ilustra o caso do traficante Jorge Rafaat – o "rei da fronteira" – assassinado em 2016 no município de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, em contexto de luta contra o PCC e o Comando Vermelho pelo controle das rotas de drogas e armas entre o Brasil e o Paraguai (DIAS & MANSO, 2018, pp. 254-262). Alguns podem mesmo ter afinidades com o *Hizbullah*. Em Foz do Iguaçu, no Paraná, o libanês Assad Ahmad Barakat, preso em 2018 por acusação de lavagem de dinheiro, aparentemente coletava fundos mediante empresas ilegais para repassá-los ao grupo xiita ou à constelação de entidades filantrópicas, midiáticas ou

---

<sup>4</sup> Como exemplo de publicações com esse enfoque, veja-se, individualmente: BLASCO, 2015 (pp. 286-321); COUTINHO, 2017 (pp. 79-102); LEVITT, 2013 (pp. 75-116); OTTOLENGHI, 2016; e ZUPPELLO, 2019. Muitos outros textos similares podem ser acessados nos sítios eletrônicos <https://www.washingtoninstitute.org/> e <https://www.fdd.org/>. Com uma perspectiva diferente, minimizando o papel do *Hizbullah* (pelo menos na Venezuela), há SALAS, 2010.

econômicas no Líbano que giram dentro da órbita de influência do partido (CARAZZAI, 2018; KÖNIG, 2016; NASSER, 2017, pp. 139-140).

Já no plano puramente político, seria correto afirmar que, pelo menos desde 2009, quando o *Hizbullah* publicou o seu segundo manifesto político (o primeiro sendo de 1985), ele externou o interesse de aproximar-se de governos da América Latina que rejeitavam a hegemonia estadunidense, em provável alusão aos países da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) (HEZBOLLAH, 2009, p. 10). Congregando países latino-americanos e caribenhos com programas políticos de esquerda, princípios de integração regional pelo comércio compensado e uma retórica diplomática anti-EUA, anti-Israel e filo-árabe, a Aliança Bolivariana tinha como principal patrocinador a Venezuela. Fomentando a aproximação com países árabes e o Irã, o falecido presidente Hugo Chávez era visto com extrema simpatia por Hassan Nasrallah, secretário-geral do “Partido de Deus”. Em 2006, Nasrallah proferiu discurso em que citou Chávez como modelo para os demais chefes de Estado médio-orientais, os quais, na ótica do *Hizbullah*, à diferença do líder venezuelano, seriam submissos à política externa norte-americana (LINARES & LUGO, 2010, pp. 311-344; VÉLEZ, 2016, pp. 133-169).

Muito de protocolar e pouco de concreto teria resultado do anúncio dessa política de aproximação entre o “Partido de Deus” e os governos esquerdistas latino-americanos, como episódicos contatos interpartidários, a exemplo da discreta participação do grupo xiita libanês no XVIII encontro do Foro de São Paulo de 2012, realizado em Caracas (AL-AHED, 2012) e missões de dirigentes venezuelanos a Beirute. Em 2013, o Conselho Político da ALBA-TCP doou ajuda humanitária aos refugiados sírios no Líbano, mas não se tem notícia se tal operação foi executada por intermédio do *Hizbullah* (AMERICA ECONOMIA, 2013).

Nessas condições, nada do que precede facultaria afirmar com certeza que agentes do grupo estejam diretamente por trás de ilícitos e muito menos de conspirações políticas. Como explica a cientista política Aurélie Daher, a linha divisória que separa o simpatizante do militante filiado ao “Partido de Deus” acaba sendo tênue. Se o primeiro, costumeiramente, arrecada recursos para a organização, mesmo não se incorporando aos

seus quadros, o segundo, apesar de submeter-se a programa de doutrinação ideológica ou mesmo treinamento militar, obviamente não carrega consigo documentação informando do seu pertencimento à máquina partidária (DAHER, 2014, pp. 205-213). Isto, tendencialmente, prejudica a objetividade das investigações e alarga a margem para que policiais ou oficiais de inteligência ocidentais classifiquem arbitrariamente como associado pleno qualquer cidadão membro da diáspora libanesa envolvido em crimes e que porventura tenha ligação com o *Hizbullah*, por mais remota que seja.

Nessas condições, a narrativa do Congresso dos EUA e da Casa Branca de que a mobilização político-militar do *Hizbullah* (julgada ação terrorista pelos norte-americanos) entrelaça-se com ações criminosas objetivaria, na prática, fortalecer as justificativas para imposição de mais e novas sanções contra o grupo xiita, asfixiando-o econômica e financeiramente. O discurso norte-americano buscaria, em paralelo, sensibilizar outros governos que, ao reconhecerem o "Partido de Deus" como ator legítimo na política doméstica libanesa, não o rotulam como organização terrorista e, portanto, não se inclinam a cooperar com a campanha global dos EUA e de Israel para a sua eliminação. Washington nutriria a expectativa de persuadi-los de que o *Hizbullah* age também como entidade delitativa, ampliando, assim, coalizão internacional contra o partido-milícia xiita libanês, desta vez pelo prisma do combate ao crime organizado (FERREIRA, 2016, pp. 153-180).

Curiosamente, essa investida norte-americana se desdobraria em momento no qual certos países europeus começariam a transigir com o "Partido de Deus". A França, que se une a diretriz da União Europeia (UE) de designar o braço armado do *Hizbullah* como terrorista, salvaguardando a interlocução com o seu núcleo político, estaria trocando mais inteligência com o grupo xiita libanês para combater o extremismo de matriz sunita, como o EI e a *al-Qaeda* (RABIIA', 2018 B).

O afincado em suprir provas empíricas de nexos entre o *Hizbullah* e o alegado binômio terror-drogas antecede o HIFPA. Mais uma vez, os documentos vazados pelo *Wikileaks* dão conta de que os serviços exterior e de inteligência norte-americanos há vários anos têm insistido nessa meta. Em 2005, o Consulado estadunidense em São Paulo expediu telegrama secreto ao Departamento de Estado resumindo operação da Polícia

Federal (PF) brasileira contra rede de traficantes libaneses no Brasil. O documento indica que o Consulado, além de apurar o que aconteceu com a PF, procurava averiguar se os criminosos eram ligados ao "Partido de Deus", ressaltando não dispor de qualquer pista que provasse o vínculo (WIKILEAKS, 2005).

Mais sugestivo ainda é telegrama confidencial da Embaixada dos EUA em Assunção, datado de 2007, o qual sumariza resultado de encontro de coordenação entre funcionários norte-americanos lotados em diversas missões diplomáticas no Cone Sul para avaliar a situação da Tríplice Fronteira. O expediente comenta que cinco clãs libaneses protagonizariam o narcotráfico nessa área, sem que se conseguisse estabelecer qualquer elo entre eles e o *Hizbullah*. Não obstante toda a massa de dados reunidas e o explícito filtro ideológico anti-“Partido de Deus” no corpo da comunicação, o texto só consegue concluir que "*Hizbollah may have a small non-operational presence on the ground*", conquanto aponte para ampla presença de simpatizantes e financiadores da organização na aludida região (WIKILEAKS, 2007A).

Outra comunicação confidencial enviada pela mesma Embaixada, também em 2007, refere-se a contato entre funcionário diplomático americano com cidadão libanês designado pelo próprio Departamento de Tesouro dos EUA como terrorista. Na ocasião, o interlocutor do diplomata admitia que o *Hizbullah* efetivamente angariava apoio de mais da metade da comunidade árabe de Ciudad del Este, mas que seria impossível identificar se haveria agentes do partido na região, inclusive pela cultura de secretismo do grupo xiita, ou financiadores (WIKILEAKS, 2007B).

Menos inspirado por considerações de justiça penal ou de segurança pública, o redobrado empenho nos últimos anos dos legisladores norte-americanos, do Departamento de Estado dos EUA e das instituições de pesquisa que os subsidiam com informações para qualificar o *Hizbullah* de terrorista e criminoso teria como maior fonte de motivação a geopolítica. De fato, virtualmente todas as análises sobre o jogo de poder no Oriente Médio concordam que o chamado “eixo da resistência” ou “crescente xiita”, aliança política e militar capitaneada pelo Irã e da qual o “Partido de Deus” faz parte, tem estendido sua projeção regional, no ensejo da “Primavera Árabe” e do colapso dos regimes panarabistas em países como Iêmen e, especialmente, Síria. Trata-se de mudança

de primeira ordem no tabuleiro médio-oriental, em detrimento para a política externa e defesa dos EUA e seus aliados: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Israel (SOUFAN CENTER, 2019).

Individualmente, o *Hizbullah* teria acumulado mais recursos de poder. Em que pesem suas ponderáveis baixas na Guerra da Síria, os segmentos armados da organização aperfeiçoaram a sua experiência de combate e deram salto qualitativo, alentando e sofisticando tecnologicamente o seu arsenal. O chamado braço armado do “Partido de Deus” deixou de ser uma guerrilha clássica e converteu-se em aparato híbrido, mesclando traços milicianos e de exército regular. Diante da ameaça comum do terrorismo sunita, as relações do *Hizbullah* com as FAL, antes conflitivas, passam a ser cooperativas. Alguns órgãos de inteligência libaneses também estreitam laços construtivos com ele. É o caso da Segurança Geral, comandada pelo general Abbas Ibrahim. (BLANFORD, 2018, pp. 1-25; CIMINO, 2016, 115-127; TROMBETTA, 2018, pp. 153-162).

No âmbito da política libanesa, o *Hizbullah* aumentou o seu peso. O sistema de alianças interpartidárias que costurava há mais de dez anos com lideranças cristãs e até sunitas estaria frutificando. O atual presidente do Líbano, o “general” Michel Aoun, já em 2006 forjara aliança estratégica entre a sua legenda, o Movimento Patriótico Livre (MPL), e o “Partido de Deus”. Como chefe de Estado desde 2016, Aoun visivelmente encampa os desígnios de seu parceiro xiita. Nas eleições legislativas de 2018, o 8 de Março, bloco de siglas pró-Síria e pró-Irã encabeçado pelo *Hizbullah*, capturou mais assentos. Já tem a maioria simples e, com habilidade política, pode alcançar a maioria qualificada ao atrair os independentes. Em contraste, o 14 de Março, coalizão de agrupamentos ocidentalista e pró-Arábia Saudita que desde 2005 faz a oposição ao “Partido de Deus”, vê-se debilitado. A principal legenda dessa aliança, o Movimento Futuro – de maioria sunita –, atravessa forte crise em virtude da falta de liderança de seu chefe, Saad Hariri, cada vez mais contestado por expoentes religiosos sunitas radicais (DAHER, 2018, pp. 169-180; GHITIS, 2018; MEIER & DI PIERI, 2017, pp. 35-53).

Pode-se inferir então que o lastro geopolítico que permeia as políticas anti-terroristas e anti-narcotráfico dos EUA para o *Hizbullah* acaba tirando o foco de debate



mais relevante acerca de como essa organização lida com o problema das drogas. A questão seria muito mais de âmbito local do que internacional.

Como antes exposto, o Líbano e, mais precisamente, o Vale do Beqaa, desde os anos 1920, serviu como país de trânsito e local de produção de estupefacientes. Nos últimos anos, os bolsões de consumo, ainda que pequenos, correm o risco de alastrar-se, especialmente em zonas urbanas mais carentes, como Dahieh, o subúrbio de Beirute, também de maioria xiita. O *Hizbullah* não permaneceu indiferente a essas transformações. Em 2010, Hassan Nasrallah pronunciou-se pela primeira vez sobre o assunto, sublinhando que a disseminação das drogas afetava todas as confissões. Para Nasrallah, tratar-se-ia de desafio para todo o Líbano, diante do qual o "Partido de Deus" se voluntariava a enfrentar, junto com os demais atores nacionais. A linguagem do secretário-geral, ao conferir dimensão nacional e supraconfessional ao problema das drogas, esforçava-se para ocultar o zelo muito mais detido no bem estar de sua própria coletividade, a xiita (ROBINS, 2016, pp. 53-56).

Ocorre que, nessas circunstâncias, o líder do "Partido de Deus" gerenciaria uma contradição. Por um lado, teria de garantir as suas credenciais morais junto à população na periferia de Dahie, ao repudiar o narcotráfico nessa região. O que se dissesse sobre Dahie, na avaliação do *Hizbullah*, repercutiria positivamente no sul do Líbano, seu núcleo geopolítico e militar, bastião de sua campanha contra Israel, onde milicianos do partido regressados da Síria também estariam comprando *hashish* (ROBINS, 2016, pp. 53-56).

Por outro lado, o antagonismo do secretário-geral ao mercado desse entorpecente não poderia soar tão incisivo, sob pena de prejudicar a imagem do "Partido de Deus" entre os agricultores xiitas pobres do Beqaa, que subsistem com o cultivo da droga. A necessidade de matizar o discurso contra esse produto torna-se premente porque o exercício de legitimidade do *Hizbullah* no Vale é mais delicado. Ainda que tenha raízes nessa região, o partido não erigiu ali a mesma hegemonia política de que desfruta no sul ou em Dahie, devendo coexistir com redutos de poder familiares (ALAMI, 2014).

Manobrando nesse terreno ambíguo, o "Partido de Deus" não teria ainda conseguido livrar-se do dilema entre resguardar seu moralismo junto aos xiitas dos

subúrbios de Beirute ou do sul do Líbano e, simultaneamente, tranquilizar os agricultores dessa confissão no Beqaa que plantam *hashish*. O cuidado com esse último grupo social reveste-se de importância política estratégica para o *Hizbullah*. Não por acaso, essa agremiação nos últimos anos ocupou pastas no gabinete ministerial libanês cujas agendas de trabalho centram-se em projetos para suavizar a pobreza no Vale, cuidar dos jovens desamparados e debelar os efeitos sociais nocivos da dependência de narcóticos: o Ministério da Agricultura, o Ministério da Indústria, o Ministério da Juventude e o Ministério da Saúde (TROMBETTA, 2018, p. 157).

Tentando adaptar-se melhor a toda essa situação, o *Hizbullah* tem intuitivamente recorrido a viés dual: minorar a tônica condenatória aos dependentes da droga, auxiliando-os em sua recuperação; e começar a combater as máfias por trás da venda de *hashish* na periferia xiita da capital.

Com relação aos consumidores, registram-se notícias de que as municipalidades administradas pelo partido têm investido mais no tratamento médico e menos no acompanhamento religioso, ainda que este exista como paliativo para os efeitos mentais e sociais da dependência. Embora muito menos vocais sobre a proposta de descriminalizar o *hashish* do que sua legenda irmã, o AMAL (mais laico), fontes do "Partido de Deus" estavam acenando positivamente a esse ajuste legislativo, demonstrando certa flexibilidade por parte de uma organização de cunho islamista. Entretanto, de acordo com fontes da imprensa, o *Hizbullah* não votou em prol da legalização na sessão em que ela foi aprovada, contrapondo-se aos seus aliados do 8 de Março como o AMAL e o MPL. Segundo analistas, a contrariedade do partido na votação, menos orientada por preceitos morais, decorreria do temor de perder a sua influência sobre as zonas do Beqaa em que cultiva a planta (GHIABI, 2018, pp. 178-181; BOULOS, 2020).

Sendo assim, pode-se dizer que a interação do "Partido de Deus" com os cultivadores do *hashish* não se basearia na extração sistemática de tributos oriundos do plantio da droga, mas de uma relação complexa, mesclando aspectos de assistencialismo, preocupações político-eleitorais e manutenção de certo controle territorial. O grupo xiita fugiria, assim, do modelo de relações entre forças paraestatais e populações camponesas dedicadas a plantios ilícitos, como as FARC-EP na Colômbia e o Talibã no Afeganistão,

visto que esses atores historicamente auferiam substanciais lucros financeiros com a taxaço da colheita ou direta participaço na sua produço e venda (LABROUSSE, 2010, pp. 108-129).

Se há maleabilidade do *Hizbullah* com os agricultores do *hashish* do Beqaa e, agora, com os consumidores, notar-se-ia, na direço oposta, seu endurecimento em relaço aos "narcobarões" xiitas, os quais, de acordo com reportagens, normalmente contariam com a conivência do "Partido de Deus" e do AMAL. Teve lugar, em 2017, grande operaço em Dahie, conduzida conjuntamente pelos órgõs de segurança libaneses e por brigada do *Hizbullah*. A diligência capturou alguns chefes criminosos. Militares e policiais também teriam empreendido açõs semelhantes no Beqaa oriental, onde residem outros traficantes, entre eles o poderoso Nuh Zaiter. Especula-se que o partido tenha provido inteligência para que as autoridades encontrassem os refúgios desses criminosos (DAMAJ, 2017).

## CONCLUSÃO

Como antes descrito, no rastro da deterioraço macroeconômica dos últimos anos, a "Revoluço de 17 de Outubro" de 2019 golpeou mortalmente o gabinete ministerial definido após as eleiço de 2018 com base em critérios de distribuço confessional-partidária. O gabinete substituto, formado em 2020 com nomes em princípio desvinculados da política, não logrou superar a crise, declarou o *default* e encetou conversas com credores internacionais, tendo o Fundo Monetário Internacional (FMI) como fiador. A meta ambicionada é receber pacote de US\$ 10 bilhões. Nesse ínterim, o país amargou mais restriço econômicas e de mobilidade na luta para mitigar os efeitos da COVID-19.

Para piorar a situaço, em agosto de 2020, gigantesca explosão – aparentemente acidental – destruiu o porto de Beirute. Além do alto número de mortes e feridos, o sinistro avariou seriamente a porço ocidental da capital, além de comprometer peremptoriamente a infraestrutura e a logística portuárias, vitais para um país como o Líbano, em que o funcionamento da economia e a garantia da segurança alimentar

dependem de modo incontornável das importações, muitas das quais transportadas por via marítima. Estimam-se os custos de reconstrução em até US\$ 4,6 bilhões. Desacreditados perante acusações de negligência, o premiê Hassan Diab e todos os titulares das pastas renunciaram aos seus cargos (AL-MODON I, 2020; DEKNATEL, 2020).

Com tantos percalços, restaria pouco espaço para que políticas públicas buscando corrigir debilidades sociais e econômicas retomassem vigor. Em particular, a agricultura, sempre menosprezada pelo Estado e pelo setor privado, certamente continuará vulnerável, salvo quistos de excelência, como o da vinicultura.

É bem verdade que o diálogo com o FMI inclui, como condição para agraciar o Líbano com o crédito multibilionário, reformas no setor econômico que abarquem o desenvolvimento de atividades produtivas e geradoras de emprego como a agrícola, dentro do objetivo maior de diminuir o peso do rentismo financeiro. As negociações com o Fundo, no entanto, não progridem. Um dos principais obstáculos é a desconfiança do *Hizbullah*, que considera essa instituição internacional como ferramenta de potências imperialistas (ICG, 2020, pp. 22-25).

Esse cenário de depressão econômica apontaria, então, para a continuidade do problema das lavouras de *hashish*. Em face de urgências tão imperiosas, os agentes políticos libaneses terão margem muito apertada de ação para discutir como desenhar e por em marcha esquemas de assistência técnica e subvenção financeira para o cultivo desse produto, às pressas legalizado para fins medicinais. Com efeito, é provável que as plantações no Beqaa sigam sob o controle de "narcobarões" como Nuh Zaiter.

No que respeita ao *captagon*, a destruição do porto de Beirute deverá interromper boa parte do circuito de produção e de distribuição dessa droga. Talvez torne-se mais difícil para os fabricantes clandestinos adquirirem os insumos para a sintetização nos laboratórios residentes país. O embarque das pastilhas usando a zona portuária também ficaria impossibilitado. Além disso, suscita-se a questão se a produção e o comércio poderiam estar sendo ultimamente deslocados para a Síria. Reportagens da imprensa europeia têm chamado a atenção para o caso de lote de 14 toneladas de *captagon*

apreendido em Salerno, na costa ocidental italiana, especulando que a carga seria proveniente da Síria, despachada por membros do EI ou até do governo al-Assad. Meses depois, outra carga, de *captagon* e *hashish*, também proveniente da Síria, teria sido arrestada na Romênia (AL-MODON II, 2020; SALERNOTODAY, 2020; DER SPIEGEL, 2020).

Quanto aos aparatos de defesa e segurança, é plausível afirmar que as vitórias do regime al-Assad na Síria proporcionaram relativa descompressão nos últimos dois anos para o trabalho de militares e policiais libaneses, tendo em vista que a onda de terrorismo jihadista-salafista proveniente do território sírio perdeu fôlego com o enfraquecimento do EI e dos grupos filiados à al-Qaeda. Similarmente, as tensões interconfessionais no Líbano embrandeceram.

Em 2019 e 2020, todavia, as FAL e os órgãos de segurança interna novamente se sobrecarregaram com a difícil tarefa de impedir que as manifestações populares da “Revolução de 17 de Outubro” descarrilassem em confrontos mais violentos. Pouco depois, os militares foram mobilizados na campanha contra a propagação da COVID-19. As FAL e os agentes de segurança envolvem-se agora nos trabalhos de defesa civil após a tragédia do porto de Beirute. Nesse cenário, pouco lhes sobrarão de recursos humanos para lidar com o problema das drogas.

Enfim, no tocante à questão política e às acusações de que partidos libaneses operam na rede de tráfico, nenhuma mudança contribuirá para alterar o atual encaminhamento dado pelos EUA no seu confronto com o *Hizbullah*, no qual o "Partido de Deus" é qualificado como organização terrorista e narcotraficante. Afinal, o processo decisório norte-americano sobre esse assunto segue diretrizes de cunho geopolítico, descolando-se da discussão interna do Líbano acerca de como lidar com as drogas. Eventual vitória do candidato Joe Biden nas eleições presidenciais estadunidenses tampouco devem mudar profundamente essas alterações, como evidencia o precedente do HIFPA, adotado no final da administração do também democrata Barack Obama. Em contraste, o *Hizbullah* vem ganhando a compreensão de outra relevante potência no Oriente Médio: a França, com quem já mantinha contatos secretos. A ida do presidente Emmanuel Macron ao Líbano após a explosão no porto de Beirute, em cujo roteiro de

reuniões foi inserido contato com Muhammad Ra'da, deputado do “Partido de Deus”, teria significado, para o agrupamento xiita, gesto de reconhecimento e legitimação internacional como força política libanesa (MALBRUNOT, 2020)

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Livros e revistas acadêmicas

ARLACCHI, Pino *La Mafia Imprenditrice – Dalla Calabria al Centro dell’Inferno*. Milão, Il Saggiatore, 2007.

BLANFORD, Nicholas *Hezbollah’s Evolution – From Lebanese Militia to Regional Player*. Middle East Institute, Policy Paper 4, 2017, pp. 1-25.

BLASCO, Emili J. *El Bumerán Chávez – Los Fraudes que Llevaron al Colapso de Venezuela*. 2015. Disponível em: [cd1.eju.tv/wp-content/.../04/BUMERAN-CHAVEZ-Los-fraudes-que-Emili-Blasco.pdf](http://cd1.eju.tv/wp-content/.../04/BUMERAN-CHAVEZ-Los-fraudes-que-Emili-Blasco.pdf).

BUCCIANI-BARAKAT, Liliane & CHAMUSSY, Henri *Le Liban – Géographie d'un Pays Paradoxal*. Paris, Belin, 2012.

CIMINO, Matthieu "Le Hezbollah et la Guerre en Syrie". In: *Politique Etrangère*, nr. 2, 2016, pp. 115-127.

COUTINHO, Leonardo *Hugo Chávez – O Espectro*. São Paulo, Vestígio, 2018.

DAHER, Aurélie *Le Hezbollah – Mobilisation et Pouvoir*. Paris, PUF, 2014.

----- "Le Liban: entre Clientélisme Régional et Carcan National". In: *Politique Etrangère*, nr. 1, 2018, pp. 169-180.

DI PIERI, Rosita & MEIER, Daniel "The Sunni Community in Lebanon: from Harirism to Sheikism" In: DI PIERI, Rosita & MEIER, Daniel (eds.) *Lebanon Facing the Arab Uprisings – Constraints and Adaptations*. Londres, Palgrave Pivot, 2017, pp. 35-53.

DIAS, Camila & MANSO, Bruno *A Guerra – A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil*. São Paulo, Todavia, 2018.

DIONIGI, Filippo *Hezbollah, Islamist Politics and International Society*. Nova York, Palgrave, 2014.

EL ZEIN, Derek, NOTTEAU, Maxime, DRAVET, Camille *Géopolitique du Liban*. Paris, SPM, s.d.

FERREIRA, Marcos *Combate ao Terrorismo – Uma Análise Comparada das Políticas do Brasil e dos Estados Unidos para a Tríplice Fronteira*. Curitiba, Prismas, 2016.

GASPARI, Toufik *The Political Economy of Lebanon, 1948-2002 – The Limits of Laissez-Faire*. Leiden, Brill, 2004.

GHIABI, Mazyar "Deconstructing the Islamic Bloc: The Middle East and North Africa and Pluralistic Drugs Policy". In: KLEIN, Axel & STOTHARD, Blaine *The Collapse of the Global Order on Drugs: From UNGASS 2016 to Review 2019*. Binley, Emerald Publishing, 2018.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP *Pulling Lebanon out of the Pit*. 2020. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/eastern-mediterranean/Lebanon/214-pulling-lebanon-out-of-the-pit>

KALAWOUN, Nasser *The Struggle for Lebanon – A Modern History of Lebanese-Egyptian Relations*. Londres, I.B. Tauris, 2000.

KNUDSEN, Are “Lebanese Armed Forces: a United Army for a Divided Country?”. In: *CMI Insight*, nr. 9, 2014.

KOCHUYT, Thierry "La Misère du Liban: Une Population Appauvrie, Peu d'État et Plusieurs Solidarités Souterraines". In: *Revue Tiers Monde*, vol. XLV, nr. 179, pp. 515-535.

KRAVITZ, Max & NICHOLS, Will "A Bitter Pill to Swallow: Connections between Captagon, Syria, and the Gulf". In: *Columbia Journal of International Affairs*, 18/05/2016. Disponível em: <https://jia.sipa.columbia.edu/bitter-pill-swallow-connections-captagon-syria-gulf>.

LABROUSSE, Alain *A Geopolítica das Drogas*. São Paulo, Desatino, 2010.

LANIEL, Laurent *Captagon: “Déconstruction d’un Mithe”*. In: *Drogues, Enjeux Internationaux*, 2017, pp. 01-40. Disponível em <https://www.ofdt.fr/index.php?CID=939>.

LEVITT, Matthew *Hezbollah: The Global Footprint of Lebanon's Party of God*. Washignton, Georgetown, 2013.

LINARES, Alba & LUGO, Edith “ALBA en el Contexto de la Integración Latinoamericana” In: *Mundo Nuevo – Revista de Estudios Latinoamericanos*. Ano II, nr. 4, pp. 311-344.

MARKTANNER, Marcus, WILSON, Maureen & EL-SAGHIR, Sandra “The Economic Cost of the Arab Uprising for Lebanon”. In: FELSCH, Maximilian & WÄLISCH, Martin *Lebanon and the Arab Uprising – In the Eye of the Hurricane*. Nova York, Routledge, 2016, pp. 119-134.

MARSHALL, Jonathan *The Lebanese Connection – Corruption, Civil war, and the International Drug Traffic*. California, Stanford, 2012.



MEIER, Daniel *Le Liban*. 2a ed. Paris, Cavalier Bleu, 2011.

NAJEM, Tom *Lebanon – The Politics of a Penetrated Society*. Londres, Routledge, 2012.

NASSER, Salem H. “A Fronteira e o Não Lugar do Terrorismo”. In: SCHERER, Ligia, GOULART, Felipe & VELOSO, Pedro *Brasil-Líbano – Legado e Futuro*. Brasília, FUNAG, 2017, pp. 121-145.

NERGUIZIAN, Aram “Between Sectarianism and Military Development: The Paradox of the Lebanese Armed Forces”. In: SALLOUKH, Bassel F., BARAKAT, Rabie, AL-HABBAL, Jinan S., KHATTAB, Lara W., MIKAELIAN, Shoghig (eds.) *The Politics of Sectarianism in Postwar Lebanon*. Londres, Pluto Press, 2015, pp. 108-135.

OSOEGAWA, Taku. *Syria and Lebanon – International Relations and Diplomacy in the Middle East*. Londres, I.B. Tauris, 2013.

ROBBINS, Phillip *The Middle East Drugs Bazaar – Production, Prevention and Consumption*. Londres, Hurst & Company, 2016.

SALAS, Antonio. *El Palestino*. 2010, Madri, Planeta.

SOUFAN CENTER *Iran’s Playbook – Deconstructing Tehran’s Regional Strategy*. SOUFAN CENTER, 2019. Disponível em <https://thesoufancenter.org>.

THE GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME  
"The Nexus of Conflict and Illicit Drug Trafficking". 2016. Disponível em:  
[www.globalinitiative.net](http://www.globalinitiative.net).

----- “Captured by Captagon? Lebanon’s Evolving Illicit Drug Economy”. 2017.  
Disponível em: [www.globalinitiative.net](http://www.globalinitiative.net).

TROMBETTA, Lorenzo "Ecco il Confine che Non C'è". In: *Limes*, 1/2009, pp. 1-6.  
Disponível em: <http://www.limesonline.com/sommari-rivista/il-buio-oltre-gaza>.

----- “La Rete di Hizbullah Controlla Il Libano e si Diffonde nel Mondo”. In: *Limes*,  
7/2018, pp. 153-162.

VÉLEZ, Federico *Latin American Revolutionaries and the Arab World – From the Suez Channel to the Arab Spring*. Farnham, Ashgate, 2016.

ZUPPELLO, Maria *Il Jihad ai Tropici – Il Patto tra Terrorismo Islamico e Crimine Organizzato in America Latina*. Paesi Edizioni, 2020, versão E-Book.

## 2. ARTIGOS DE IMPRENSA

AL-AHED NEWS "Uuafd min Hizbullah Zaar Kuubaa uua Ashaad bi muqaauumatihaa li al-Haiiamaniat al-Amiiriikiiat". 11/07/2012. Disponível em [alahednews.com.lb](http://alahednews.com.lb).

ALAMI, Mona "Hezbollah's Unruly Bekaa Brethren". 23/09/2014. In: *Daily Star*.

AL-MODON I "Khasaaf Murfaa Baiiruut 4.6 Miliiaar Duulaar". 31/08/2020. Disponível em: <https://www.almodon.com>.

AL-MODON II "Ruumaaniiaa Tadabat Shakhnat Mukhadaraat Suuriat.. Khat Badiil li at-Tahriib". 02/09/2020. Disponível em: <https://www.almodon.com>.

AMÉRICA ECONOMIA "ALBA va en Ayuda a Los Refugiados de Siria y Renueva su Repudio a La Guerra". 13/09/2013. Disponível em <https://www.americaeconomia.com/politica-sociedad/politica/alba-va-en-ayuda-de-los-refugiados-de-siria-y-renueva-su-repudio-la-guerra>.

AN-NAHAR "Lubnaan Thaliith 'Akbar ad-Duual fii Nisbat ad-Daiin min an-Natij al-Mahlii. Ad-Daiin taht as-Saiitara li Kuun Ghaalibiat Masaadir Tamuuiilihi min al-Masaarif". 19/05/2016.

ARABI 21 "Barlaman Lubnaan Iuqar Rasmiiian Qanuun as-Samaah bi Zira'at al-Hashiishat". 24/04/2020. Disponível em <https://arabi21.com>.

ARBID, Jeremy "Lebanon's Captagon Boom". In: *The Executive Magazine*, fevereiro, 2016, pp. 28-34.

BAARSIKHIAN, Lucy "Tashrii' Ziraa'iat Al-Hashishiat Laiisa Jadiidan: al-Qanuun Maujuud mundhu 1998?". 20/07/2018. Disponível em <https://www.almodon.com>.

43

BOULOS, Tony "Lubnaan Rabi'a Muntij Hashiish fii al-'aalam.. hal Iusalam Hizbullah al-'Idaarat li ad-Daulat?". 23/04/2020. Disponível em: <https://www.sawbeirut.com>, 23/04/2020.

CARAZZAI, Estelita "PF Prende em Foz do Iguaçu Homem Acusado de Financiar o Hizbullah". 21/09/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/pf-prende-em-foz-do-iguacu-homem-acusado-de-financiar-o-hizbullah.shtml>.

CHAMS, Dora "Un Feu Vert Américain pour la Culture du Cannabis au Liban". 21/08/2018. Disponível em: <https://orientxxi.info/magazine>.

DAMAJ, Rabii'a "Baaruunaat al-Mukhadarat Tatasaaqut fii Daahiiat Hizbullah b'ad Hamlat Aa'ataqaalaat bi Mushaarikat `Ajhza uua 'Anaasir min al-Hizb". 04/04/2017. Disponível em <https://www.raialyoum.com>.

DEKNATEL, Frederick "The Aftermath of the Beirut Blast Looks All Too Familiar to Lebanon". 14/08/2020. Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/trend-lines/28992/the-aftermath-of-the-beirut-blast-looks-all-too-familiar-to-lebanon>.

DER SPIEGEL "The Gangs of Damascus". 20/05/2020. Disponível em: <https://anbaaonline.com/news/66142>.

EL-HAGE, Anne-Marie "Joumblatt à L'OLJ: Qu'attendent donc les Parlementaires pour Légaliser le Cannabis?" In: *L'Orient Le Jour*, 15/04/2015.

----- "Pour ou Contre la Légalisation du Cannabis: Ils s'Expliquent". In: *L'Orient Le Jour*, 17/04/2015.

GHITIS, FRIDA "Lebanon's Elections Show Hezbollah Survived Its Intervention in Syria" 10/05/2018. Disponível em

<https://www.worldpoliticsreview.com/articles/24704/lebanon-s-elections-show-hezbollah-survived-its-intervention-in-syria>

KHODER Patricia "Le Trafic de Captagon, Un Marché de Plusieurs Dizaines de Milliards de Dollars par An". In: *L'Orient le Jour*, 18/01/2016.

KÖNIG, Mauri "Batalha militar' de 4h Mata Brasileiro Chefe do Tráfico na Fronteira Paraguuaia". 16/06/2016. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782346-brasileiro-chefe-do-traffic-na-fronteira-com-o-paraguai-e-morto-em-tiroteio.shtml>.

MAGHRABI, Ahmad "Al-Assad uua Imbiraatuuriat al-Kaabitaaghuun". 01/12/2015. Disponível em: <https://www.almodon.com>.

M'ALAAUUII, Duunaa "Tashrii' al-Hashishi beina ar-Rudud al-Maalii uua al-`Akhtaar. 'Aaa`iidaatiba Taqaaruub al-Miliarii duulaar". In: *An-Nahar*, 24/01/2015.

MALBRUNOT, Georges "Liban: Le Pas de Deux d'Emmanuel Macron avec Hezbollah". 31/08.2020. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/international/liban-le-pas-de-deux-d-emmanuel-macron-avec-le-hezbollah-20200831>.

NERGUIZAN, Aram "Salvation Army?". In: *Diwan – Middle East Insights from Carnegie*. 05/05/2020. Disponível em: <https://carnegie-mec.org/diwan/81715>.

OTTOLENGHI, Emanuelle & HANNAH, John "To Combat Illegal Immigration, Trump Should Target Latin America's Hezbollah Narco Nexus". 23/12/2016. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2016/12/23/to-combat-illegal-immigration-trump-should-target-latin-americas-hezbollah-nacro-nexus/>.

RABIIA', Muniir A "Hizbullah uua al-'aquubaat: Baqian fii Suriiaa". 15/10/2018. Disponível em: <https://www.almodon.com>.

----- B "Fransaa uua Hizbullah..Ruumaansiiat bi Raa`iihat an-Naft". 29/10/2018. Disponível em: <https://www.almodon.com>.

SALERNOTODAY "La Droga al Porto di Salerno dell'Isis? Un'Idea Bizzarra".  
L'Intervista all'Inviato Daniele Raineri". 20/07/2020. Disponível em:  
<https://www.salernotoday.it/cronaca/salerno-isis-droga-captagon-terrorismo-daniele-raineri-intervista-11-luglio-2020.html>

STRATFOR "Lebanon: Seeking Economic, Political Gains from Drug Crackdown".  
28/02/2002. Disponível em: [worldview.stratfor.com](http://worldview.stratfor.com).

SUSUR, Zainab "Mukhadarat Lubnan..min al-M'aluumat ilaa at-Tauuqiif uua al-  
Musaadirat". In: *As-Safir*, 11/01/2016.

### 3. DOCUMENTOS

DEPARTMENT OF JUSTICE "Attorney General Jeff Sessions Delivers Remarks  
Announcing the Creation of a Transnational Organized Crime Task Force". 15/10/2018.  
Disponível em: <https://www.justice.gov/opa/speech/attorney-general-jeff-sessions-delivers-remarks-announcing-creation-transnational>.

HEZBOLLAH. The Hezbollah Manifesto 2009. Disponível em:  
[www.lebanonrenaissance.org](http://www.lebanonrenaissance.org).

UNODC. *World Drug Report (WDR) 2016*.

----- *World Drug Report (WDR) 2017*.

----- *World Drug Report (WDR) 2018*.

US CONGRESS Hezbollah International Financing Prevention Act (HIFPA). Disponível  
em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/hifpa.pdf>.

WIKILEAKS 2005 "Break-Up of Lebanese Drug Ring in Brazil". In: *Cable  
05SAOPAULO872\_a*, 22/07/2005. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables>.

----- 2007A "Interagency Cooperation in the Tri-Border Area". In: *Cable  
07ASUNCION688\_a*, 20/08/2007. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables>.

----- 2007B "Paraguay: Terrorist Financier Says Everybody in CDE Supports Hizbollah". In: *Cable 07ASUNCION2\_a*, 03/01/2207.

[https://wikileaks.org/plusd/cables/07ASUNCION2\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07ASUNCION2_a.html)

----- 2008 "Challenge Hizballah by Fixing the Drug Problem in Bekaa, Says PSP Vice President". In: *Cable 08BEIRUT1389\_a*, 22/09/2008. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables>. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables>.

----- 2009 "Lebanon: 2009-2010 International Narcotics Control Strategy Report I". In: *Cable 09BEIRUT1205\_a*, 06/11/2009. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables>.